

A Institucionalização do Português Língua Não Materna em Portugal

Alexandre Dias Pinto

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura
Universidade Católica Portuguesa

Introdução

Enquanto área de ensino e área de estudos, o Português Língua Não Materna (PLNM) é uma criação recente nos meios escolar e universitário portugueses. De forma mais sistemática, começou a estruturar-se, em Portugal, por volta dos anos oitenta, recebendo inicialmente ora a designação de Português Língua Estrangeira ora de Português Língua Segunda. Tal não significa que antes dessa década não se leccionasse o nosso idioma a alunos estrangeiros; nem significa que não houvesse estudos e ensaios de reflexão no âmbito desta área didáctica (cf. Quintela, 1963; Roche, 1967; Barreto, 1968; Fonseca, 1973) ou que não tivessem já aparecido materiais de ensino como manuais ou livros de exercícios (cf. Silva, 1976). No entanto, o PLNM não estava ainda estruturado e não tinha a robustez necessária para se constituir como área didáctica. Faltavam-lhe um lastro teórico e metodologias sistematizadas; faltavam os estudos de caso; faltavam instrumentos de ensino em quantidade e de qualidade necessárias. Ora, só quando a investigação e a prática lectiva começam a desenvolver-se de forma mais organizada e sistemática, o que acontece a partir da década de oitenta do século XX, podemos considerar que o caminho para a institucionalização do PLNM se inicia.

É este o assunto que pretendo abordar no presente ensaio. Parto de uma questão com duas vertentes paralelas: **por que** razão é necessário institucionalizar o PLNM e **como** se tem desenrolado o processo de institucionalização desta área? Traduzo noutras palavras. Se a constituição oficial da disciplina (escolar e académica) de PLNM serve uma (ou mais) finalidade(s), que finalidade(s) é(são) essa(s)? Por outro lado, que mecanismos foram postos em marcha para edificar esta área de estudos? Serão estas as perguntas a que procuro em seguida dar resposta.

Este texto pretende ser uma análise do desenvolvimento do PLNM em Portugal no último quarto de século e não uma história da disciplina. O meu propósito é reflectir sobre a institucionalização deste domínio didáctico e não cartografar o seu percurso nem os estudos e os projectos que contribuíram para esse processo. Daí que os exemplos que

apresentarei e os casos que mencionarei não serão exaustivos; são exemplos que servem a demonstração que faço.

Mais uma palavra ainda na definição do objecto e dos objectivos deste ensaio. Tendo em conta que o PLNM se tem desenvolvido autonomamente em Portugal e no Brasil, é o caso português que aqui analiso. De igual modo, o escopo deste ensaio não me permitirá debruçar-me sobre o ensino da língua e cultura portuguesas em universidades e escolas estrangeiras, embora a ele se faça alusão.

I. Para quê a institucionalização do PLNM?

O PLNM desenvolveu-se com base numa necessidade dupla, de cariz social, cultural e até político (ou, se preferirmos, geoestratégico). Por um lado, a chegada a Portugal de um número elevado de cidadãos estrangeiros cujo idioma materno não era o português exigiu que se multiplicasse a oferta de aulas de língua portuguesa direccionadas a esse público. Essa exigência levou, como veremos, ao desenvolvimento dos meios e dos instrumentos de ensino. Por outro lado, o PLNM tem também uma missão internacional: leccionar português nas universidades e escolas espalhadas pelo mundo a alunos cuja língua materna não é o português ou que tiveram uma aquisição frágil e deficitária do português como língua materna – o caso de alguns filhos de emigrantes lusófonos. Se a primeira vertente é social e cultural, a segunda é uma missão cultural e política (ou geoestratégica): trata-se de divulgar a língua e a cultura portuguesas internacionalmente e de afirmar a posição de Portugal no mundo. Ficou dito na introdução que este último caso não é aqui o objecto da minha análise.

Afirmei num outro ensaio (cf. Pinto, 2006) que a língua é o passaporte que nos permite o ingresso e a integração numa comunidade, quer sejamos cidadãos autóctones quer sejamos oriundos de outro Estado. Se não dominarmos bem o idioma, essa integração não será plena. Concomitantemente, só através do bom uso da língua conseguimos um exercício satisfatório da nossa cidadania. Para nos relacionarmos com os outros, para sabermos fazer valer os nossos direitos e os nossos interesses e para negociarmos as nossas posições necessitamos de usar com correcção e destreza o código linguístico. Também necessitamos dessa competência para compreendermos e para desmontarmos criticamente os discursos que circulam na sociedade e que tantas vezes abrem armadilhas diante dos nossos pés: penso nos discursos dos *media*, da publicidade, da política, entre outros. Nos casos que apresentei se demonstra pois que língua e cidadania estão umbilicalmente ligadas e são indissociáveis.

No entanto, sendo um dos mais belos pilares da cultura de um povo, a língua pode também ser, por outro lado, um elemento gerador de injustiça e de privação de direitos cívicos. Esta é uma ambivalência que tem de sensibilizar aqueles que amam o seu idioma materno. O uso pouco proficiente (aos níveis pragmático, lexical, sintáctico, etc.) do idioma pode minar ou debilitar o exercício satisfatório da cidadania. A falta de destreza na manipulação do código linguístico conduz, na vivência quotidiana, a uma perda de direitos. A língua pode tornar-se um factor de despromoção social e privar um cidadão de um direito ou incapacitá-lo para negociar ou reivindicar a sua posição e os seus interesses. Além disso, a língua é também um factor de discriminação e de segregação do *estrangeiro* ou daquele que é diferente. E pode mesmo constituir um factor ainda mais determinante que o da cor da pele ou da religião no acto discriminatório, porque pode ferir, ofender e maltratar. A ambivalência da linguagem é superiormente enunciada no famoso poema “As palavras”, de Eugénio de Andrade (2000: 88), cuja primeira estrofe aqui transcrevo:

São como um cristal,
as palavras.
Algumas, um punhal,
um incêndio.
Outras,
orvalho apenas.
(...)

Sublinho aqui a imagética da dimensão violenta das palavras, mas também a ambivalência dada pelo cristal, cujas faces refractam e reflectem a luz, mostrando os vários usos que as palavras podem ter. A culpa do uso discriminatório e ofensivo da língua não é, certamente, da própria língua, bem entendido, mas da utilização que dela é feita. O idioma é factor de discriminação por culpa daqueles que têm intenção de ostracizar e de segregar o outro, o estrangeiro, mesmo que (e sobretudo se) o suposto *estrangeiro* for um de nós que, por algum traço identitário – racial, religioso, cultural ou mesmo nacional¹ –, é diferente.

Está certamente o leitor a entrever como esta ideia se liga à questão da institucionalização do PLN. Desde 1975, por altura da descolonização dos territórios africanos, têm afluído a Portugal, em número considerável, cidadãos de outras nações, de outras raças, de outras culturas. O afluxo inicial foi constituído por indivíduos dos chamados Países de Língua Oficial Portuguesa, ou seja, cidadãos provenientes de países em que o português é língua oficial. No entanto, nesses países o idioma de Camões não

é a única língua usada na comunicação oral e escrita; e em alguns desses Estados, aqueles para quem o português é a língua materna são uma minoria. Tal significa que a vivência familiar, escolar e social de muitos daqueles que chegam a Portugal para aqui viverem não se processava antes predominantemente em português. Consequentemente, o seu domínio do idioma é limitado e deficitário e, ao imigrar para Portugal, as dificuldades de integração far-se-ão sentir. Penso em imigrantes moçambicanos, angolanos, guineenses, cabo-verdianos e timorenses cuja língua materna não é o português.

Por situação semelhante passam os cidadãos que, oriundos de países que emergem da desintegração da antiga União Soviética, entraram em Portugal (e no sistema escolar público) sem dominar a língua portuguesa. Esta vaga de imigrantes iniciou-se mais tarde que o afluxo de cidadãos africanos. Como aconteceu a alguns indivíduos oriundos dos PALOP, também estes se debatem com acrescidos problemas de integração e de exercício da cidadania enquanto não alcançarem um domínio satisfatório do português. (Digo “acrescidos problemas” porque infeliz e injustamente se debaterão com outros problemas de discriminação provocados pelo egoísmo e/ou pela estupidez dos homens.) Urge, pois, para o bem desses cidadãos que chegam ao nosso país e em prol da estabilização e da consolidação do tecido social, ensinar-lhes a língua portuguesa e familiarizá-los com a nossa cultura, sem lhes pedir que abdicuem da sua língua e da sua cultura. Esta é a justificação sociológica para a necessidade de se disseminar o ensino/aprendizagem do PLNM no território nacional. A par dela, e intimamente ligadas a ela, existem as razões humanitárias e humanistas: é o dever de um Estado proporcionar as condições necessárias que levem a uma integração harmoniosa e satisfatória daqueles que nele vivem e trabalham.

Foi já neste século que o Ministério da Educação reconheceu oficialmente que a língua portuguesa tinha de ser ensinada enquanto idioma não materno aos alunos estrangeiros que chegavam ao nosso país; e que havia que recorrer a metodologias e instrumentos próprios da didáctica das línguas não maternas para esse fim. Até então, era deixada a cada escola a iniciativa de encontrar soluções para estes alunos. Face a casos de aprendentes dos níveis inicial e intermédio (alunos do tipo A1, A2 e B1, de acordo com o *Quadro Europeu Comum de Referências para as Línguas*), para quem a comunicação em língua portuguesa era muito difícil ou de todo impossível, as escolas havia que apenas disponibilizavam a aula semanal de Apoio Pedagógico Acrescido (cinquenta minutos!) para dar resposta a necessidades educativas urgentes que aqueles

alunos tinham. Esse “apoio” revelava-se insuficiente. Outras escolas ofereciam uma formação de PLNM mais estruturada, de várias horas semanais. Com os Despachos Normativos número 7 de 2006 (de 6 de Fevereiro) e número 30 de 2007 (de 10 de Agosto) do Ministério da Educação (2006; 2007), oficializa-se a presença do PLNM no currículo dos Ensinos Básico e Secundário. Segundo esta legislação, os alunos dos níveis inicial e intermédio (B1) de PLNM do Ensino Básico verão as aulas das áreas não-curriculares (Estudo Acompanhado, Área Projecto e Formação Cívica) substituídas por aulas para trabalho específico de desenvolvimento das competências do Português no Ensino Básico. No Ensino Secundário, os alunos dos níveis inicial e intermédio (B1) frequentam aulas de PLNM “equivalente[s] à disciplina de Português, com três unidades lectivas semanais” de noventa minutos. A decisão de criar o espaço lectivo de Português Língua Não Materna nos Ensinos Básico e Secundário é uma medida justa e fundamental, que só peca por tardia. Já há muito ela devia ter sido iniciada, tendo em conta que, ao longo de vários anos, milhares de alunos chegaram ao sistema de ensino português sem falar uma única palavra da nossa língua e eram incorporados em turmas do ensino regular para seguir aulas das diversas disciplinas leccionadas numa língua que lhes era de todo desconhecida. O número elevado de situações como esta e as injustiças que se geraram forçaram o Ministério da Educação a introduzir a disciplina de PLNM nas escolas.

Além de consagrar este novo espaço lectivo, o Ministério da Educação promoveu a elaboração de dois documentos onde se definem objectivos, conteúdos e metodologias a seguir no ensino/aprendizagem de PLNM. Esses documentos são: *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional: Documento Orientador* (Perdigão, 2005) e *Linhas Orientadoras para o Trabalho Inicial em Português Língua Não Materna Ensino Secundário* (2007). No início do primeiro destes documentos, justifica-se a presença do PLNM no currículo nacional referindo que esta resulta da nova realidade social e representa o papel da Escola na integração social dos alunos. Leiamos as palavras escritas em *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional: Documento Orientador*.

As mudanças ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas, resultado de movimentos migratórios, colocam às escolas constantes desafios que, num esforço suplementar, procuram fazer da diversidade um factor de coesão e de integração. A heterogeneidade sociocultural e a diversidade linguística dos alunos representam uma riqueza que necessita de condições pedagógicas e didácticas

inovadoras e adequadas para a aprendizagem da língua portuguesa em todas as áreas do saber e da convivência.

Numa sociedade multicultural como a nossa, o reconhecimento e o respeito pelas necessidades individuais de todos os alunos em contexto de diversidade e pelas necessidades específicas dos alunos recém-chegados ao sistema educativo nacional devem ser assumidos como princípio fundamental na construção de projectos curriculares adequados a contextos de diversidade cultural e que assegurem condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo. Os projectos curriculares deverão conter orientações específicas sobre a planificação do ensino e aprendizagem de Português língua não materna [sic], bem como estratégias e materiais.

A escola é o espaço privilegiado para desenvolvimento da integração social, cultural e profissional das crianças e jovens recém-chegados. O seu sucesso escolar, intrinsecamente ligado ao domínio da língua portuguesa, é o factor essencial desta integração. Assegurar uma integração eficaz e de qualidade é um dever do Estado e da Escola. (Perdigão, 2005: 3)

Nesta primeira parte do ensaio procurei responder à primeira questão colocada: por que é necessária a institucionalização do PLNM? Sintetizo a resposta que dei: porque existe uma necessidade (sobretudo de ordem social) de se ensinar a língua portuguesa àqueles que, sendo oriundos de outros países, vêm residir para e trabalhar no nosso país. Para que a integração desses cidadãos seja bem sucedida, para que possam exercer satisfatoriamente a cidadania e para se garantir a estabilidade social, é importante que se lhes proporcione um ensino eficaz da língua portuguesa, com meios e metodologias próprias e de qualidade.

Veremos agora **como** se tem processado a institucionalização do PLNM.

II. O caminho para a institucionalização do PLNM

Para uma área de estudos se institucionalizar, tem de reunir um corpo sólido de estudos teóricos bem como um conjunto de estudos teórico-práticos (como estudos de caso, mas não só) e de projectos de investigação que permitam uma evolução dos conhecimentos sobre o seu campo de trabalho. Tratando-se de um domínio vocacionado para a formação, é necessário que o sistema de ensino esteja organizado e que se produzam materiais e instrumentos didácticos em quantidade e diversidade suficientes de forma a satisfazer as necessidades de professores e alunos.

Com vista à sua consolidação como área de estudos e área de ensino, o PLNM tem-se desenvolvido gradualmente e de forma segura nos últimos vinte e cinco anos. A investigação tem avançado e o número de estudos teórico-práticos vai crescendo. Os professores e investigadores têm produzido instrumentos e materiais didácticos para aqueles que querem aprender o português como língua estrangeira. A acompanhar este

processo está uma prática docente que se tem expandido nas últimas duas décadas, muito por força das necessidades: a procura fez com que a oferta aumentasse.

No entanto, o PLNM debateu-se com uma dificuldade inicial, que entretanto ultrapassou. Para marcar a sua autonomia e a sua identidade, começou por ter de se diferenciar da Didáctica do Português Língua Materna, sem desta se divorciar completamente. Embora não tenha existido uma luta sororocida entre as duas áreas, há um processo de autonomização em curso, na medida em que o PLNM tem procurado afirmar uma natureza e uma vocação próprias bem como reivindicar metodologias e um objecto de estudo especificamente seus. As duas áreas partilham um vasto campo do grande território da didáctica das línguas, da linguística e da psicolinguística. Partilham também domínios teóricos comuns; mas as teorias aprofundam-se depois em objectos de estudo e em metodologias diferentes.

É o desenvolvimento da investigação, dos instrumentos didácticos e da prática lectiva do PLNM no último quartel que aqui procuro caracterizar breve e criticamente (mas não de uma modo exaustivo) de forma a analisar o processo de autonomização e de institucionalização que esta área didáctica em trilhado.

Teoria e investigação

Qualquer disciplina, por muito pragmática que seja a sua vocação (como acontece com o PLNM, cujo propósito central é orientado para o ensino), necessita de uma fundamentação teórica, de uma base “científica” que a sustente. A teorização e a investigação são vertentes fundamentais para a institucionalização da área. E o PLNM tem progredido consideravelmente nesse domínio, munindo-se de teorias, de reflexões críticas, de estudos de caso e de análises do processo de ensino/aprendizagem. É certo que grande parte da teoria que estrutura o PLNM provém de outras áreas, tendo a linguística, a psicolinguística e a didáctica das línguas um papel de destaque. A didáctica das línguas é a grande esfera em que o PLNM se inscreve, e as propostas teóricas em que este se inspira são fundamentalmente avançadas por autores estrangeiros. Tal facto não nos deve surpreender, tendo em conta que as didácticas das línguas inglesa e francesa (como línguas não maternas) têm uma tradição mais antiga do que a sua congénere portuguesa. No entanto, são os autores nacionais que têm elaborado os estudos de caso e os trabalhos de investigação/acção aplicados ao ensino/aprendizagem do português. Em Portugal, os estudos teórico-práticos de PLNM têm sido desenvolvidos essencialmente em dois terrenos: na universidade e nas escolas

– e sobretudo na colaboração entre ambos os terrenos. Como nota muito positiva destaque-se que a investigação se tem revelado importante para a construção de materiais. No entanto, muitos dos instrumentos didácticos são ainda elaborados com base na experiência empírica, ignorando o conhecimento teórico, a investigação que se faz e as mais recentes propostas metodológicas. E isso é ainda uma prova da falta de maturidade da área.

Quanto ao enquadramento institucional, o facto de as Faculdades de Letras (ou de Ciências Sociais e Humanas) das mais prestigiadas universidades portuguesas terem desenvolvido investigação em PLNМ significa que o meio académico reconheceu a importância deste campo de estudo e lhe conferiu validade científica. Algumas Escolas Superiores de Educação, como as de Lisboa e de Setúbal, têm também feito trabalho de qualidade. De instituições como a Faculdade de Letras de Lisboa, de Coimbra e do Porto têm saído teses de Mestrado e Doutoramento, que, mais directamente ou de forma mais lateral, se inscrevem no âmbito do PLNМ; mas o seu número ainda é reduzido em comparação com o de outras áreas da Didáctica e da Linguística.² A par destes trabalhos académicos, desenvolvem-se, nos meios universitários, projectos de diferentes tipos e com enquadramentos diversificados, alguns em estreita ligação com as escolas.³ Outros estudos são de iniciativa individual de docentes e de investigadores. Tendo em conta o interesse crescente que esta área de estudos tem despertado no meio universitário e entre os alunos de pós-graduação, temos que concluir que, no âmbito da investigação, o PLNМ é uma área em crescimento, mas que necessita de multiplicar os estudos e os projectos que desenvolve. Necessita também de cativar mais investigadores para trabalharem em projectos deste domínio didáctico. A ligação entre trabalho de investigação e a prática lectiva é comprovada pelo facto de grande parte dos trabalhos académicos serem estudos de investigação/acção, estudos em que se analisam os meios usados, a articulação entre o ensino do PLNМ e a linguística ou que se debruçam sobre metodologias de ensino.

No entanto, se a investigação, em articulação mais ou menos próxima com a prática lectiva, gera estudos, resultados e produtos, o número de fóruns científicos e de encontros académicos onde a comunidade de investigadores e de professores de PLNМ possa debater e divulgar os seus estudos e a sua experiência lectiva é reduzido. Numa base regular, existe apenas um congresso bienal dedicado ao PLNМ, que é organizado pela Associação de Professores de Português. Ainda assim, como o PLNМ se cruza com a linguística e a didáctica, outros encontros científicos integram painéis e comunicações

de Didáctica do Português para alunos estrangeiros – o mais importante é o encontro anual da Associação Portuguesa de Linguística. Em 1983, organizou-se em Lisboa o importante Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, onde a questão do ensino do português foi discutida. Já em Maio de 1991, decorreu em Macau um encontro de três dias intitulado Português como Língua Estrangeira, para seis anos depois se realizar, no mesmo território, o Seminário Internacional de Português como Língua Estrangeira.⁴

Existem também periódicos académicos que, de forma mais ou menos específica, se debruçam sobre o PLNM; mas também aqui o número é escasso. De periodicidade irregular, *O Idiomático*⁵ (com o subtítulo de *Revista Digital de Didáctica do PLNM*) é publicado *on-line* pelo Instituto Camões, encontrando-se disponível no sítio do Centro Virtual Camões. Outras revistas científicas vão também divulgando estudos no âmbito do PLNM sem ter uma vocação exclusiva para esta área. Penso no *Boletim de Filologia*, no periódico *Palavras* (da Associação de Professores de Português), na revista *Noesis*, do Ministério da Educação, e na *Revista Internacional da Língua Portuguesa*. A última dedicou um dossiê ao PLNM no seu terceiro número, de 1990, enquanto no número 51 da *Noesis* (de 1999) saiu uma secção com um conjunto de textos sobre esta área de ensino. Em outras publicações periódicas de universidades e dos institutos politécnicos portugueses vão aparecendo artigos de investigação realizados no âmbito do português ensinado como língua estrangeira.

Nesta escassez de pontos de encontro, de fóruns de divulgação de conhecimentos e experiências e de bancos de materiais, a Internet tem sido o grande pólo aglutinador do trabalho e da atenção dos investigadores e docentes. À medida que tem crescido, o PLNM tem sabido tirar partido deste poderoso instrumento de comunicação. Assim, em Portugal, o Centro Virtual Camões (do Instituto Camões) e o sítio da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação disponibilizam para alunos e professores informação, instrumentos didácticos e até formação de PLNM. Por outro lado, no sítio do Yahoo, existe um grupo de discussão de PLNM, embora funcione mais como um painel de pedidos de ajuda e de anúncios (de cursos, livros de didáctica, etc.) do que como um real fórum de troca de ideias e de experiência.

Ensino do PLNM e formação de Professores

O PLNM nasceu com uma função eminentemente prática: ensinar o português a alunos para quem este não é o idioma materno. É esta a sua principal vocação. A reflexão teórica e a produção de instrumentos didáticos (de que falarei em seguida) são actividades complementares cujo papel é servir o ensino/aprendizagem da língua, explicando como se processa a aprendizagem, propondo metodologias e criando ferramentas de ensino.

O processo de institucionalização avança com o aumento progressivo do número de cursos de PLNM. Em diferentes pontos do país, várias instituições de ensino e instituições de intervenção social estão a leccionar português a estrangeiros. Ao nível do ensino superior, as Faculdades de Letras de universidades públicas, como as de Lisboa, Coimbra e Porto, oferecem cursos de PLNM. O público-alvo dos cursos das universidades públicas é constituído pelos alunos estrangeiros que estudam língua e cultura portuguesas ao nível do ensino superior, da mesma forma que o são as aulas de língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras.⁶ Já os cursos das universidades privadas (por exemplo, das Universidades Autónoma e Independente) se destinam a um público mais generalizado. Para este existem também cursos que vão ao encontro das necessidades dos falantes e cobrem diferentes níveis de domínio linguístico. Alguns desses cursos são leccionados em escolas básicas e secundárias, outros em instituições de intervenção social, como o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), a Associação Guineense e Povos Amigos (AGUIPA), o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) ou a AMI. Estes cursos partilham uma característica: são movidos pelo espírito solidário de contribuir, através do ensino da língua portuguesa, para a integração social do cidadão de origem estrangeira que reside em Portugal. Por isso, as aulas são tendencialmente gratuitas (ou exigem o pagamento de um valor simbólico) e são ministradas em horário pós-laboral e/ou aos fins-de-semana. Com fins lucrativos (legítimos), também as escolas de línguas leccionam PLNM; e o número de escolas de línguas que oferece estes cursos é significativo. O público a que se destina é tendencialmente diferente do público das restantes instituições de ensino. As escolas de línguas encontram no meio empresarial e nos indivíduos economicamente mais favorecidos os alunos para os seus cursos.

A variedade e a expansão do ensino do PLNM é, pois, outra manifestação do fortalecimento e da importância crescentes desta área, sobretudo quando a esta se associa a importante missão de contribuir para a integração de cidadãos imigrantes, para a coesão do tecido social e para uma vivência mais justa e harmoniosa da cidadania.

Se o ensino/aprendizagem de PLNM exige saberes, metodologias e abordagens específicos, o professor mais competente para o leccionar será um docente formado de raiz para o efeito. Tradicionalmente, os professores de Português Língua Materna, licenciados em Línguas e Literaturas Modernas ou Clássicas, asseguravam o ensino destas aulas. Sem preparação específica para leccionar PLNM, e com poucos materiais dirigidos para o fazer, apoiavam-se sobretudo nos seus conhecimentos e na sua experiência de professores de Língua Materna para esta nova tarefa. No entanto, as metodologias de Didáctica da Língua Materna não são as mesmas usadas para ensinar essa língua a estrangeiros. Ou seja, o professor de PLNM deve ter uma formação específica para estar preparado para exercer a sua função. Para além dos sólidos conhecimentos linguísticos e culturais, deve ter conhecimentos de metodologias e estratégias de didáctica das línguas estrangeiras.

Têm pouco mais de uma década de existência as licenciaturas que habilitam os seus formandos para a docência do PLNM. As Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra leccionam licenciaturas em Língua e Cultura Portuguesas ou em Estudos Portugueses com variante ou especialização em Ensino de PLNM. Por outro lado, numa tentativa de preparar um maior número de professores de Língua Materna para o ensino do PLNM, estas e outras faculdades criaram cursos de especialização e de pós-graduação nesta área. É já hoje possível fazer um Mestrado ou um Doutoramento em PLNM em algumas universidades do país. Os cursos de especialização e de pós-graduação são uma forma de capitalizar os conhecimentos dos licenciados em Línguas e Literaturas Modernas para os pôr ao serviço do ensino de português para estrangeiros.

Com o intuito de oferecer uma preparação menos exaustiva nesta área, algumas universidades, a Associação de Professores de Português e o Instituto Camões organizam acções de formação de ensino/aprendizagem de PLNM. Outras instituições oferecem cursos de formação de curta duração (i.e., que não ultrapassam as 300 horas). A preparação menos exaustiva procura transmitir a quem ensina nesta área os conhecimentos e as metodologias fundamentais para o ensino de PLNM. Espera-se que o formando complemente por sua iniciativa essa formação.

Como já referi, as aulas de PLNM exigem metodologias, estratégias e instrumentos didácticos específicos, muitos dos quais são distintos dos usados no ensino/aprendizagem do Português Língua Materna. O conhecimento que tenho (parcial certamente) da prática lectiva leva-me a concluir que a esmagadora maioria dos professores que hoje lecciona PLNM está ciente desse facto. Assim, os docentes estarão,

na sua esmagadora maioria, a seguir uma abordagem comunicativa no ensino/aprendizagem da língua (cf. Legukte e Thomas, 1991), neste caso do português, abordagem essa que coloca a ênfase no desenvolvimento das competências linguísticas do aprendente e que se centra no trabalho do aluno. Esta metodologia é advogada nos principais manuais de PLNM, embora surja em alguns casos combinada com outras perspectivas didácticas. Assim, apesar de os manuais abraçarem o método comunicativo demarcam-se das posições extremas que este teve numa fase inicial, em que recusava a reflexão formal sobre a língua. Ao invés, o estudo do funcionamento da língua nunca é descartado nesses manuais, embora funcione em articulação com e ao serviço do desenvolvimento das competências linguísticas e nunca como finalidade em si mesma. Se este é o método dominante, outras abordagens metodológicas mais recentes da didáctica das línguas que se revelam influentes e férteis no ensino/aprendizagem de outras línguas não saem, em Portugal, do espaço da universidade e não parecem ganhar muitos adeptos entre os professores de PLNM. Outras são propostas por autores estrangeiros e, por falta de informação e falta de investimento científico, não são do conhecimento dos professores. Penso aqui em metodologias como as abordagens lexicais da língua (*lexical views of language*, cf. Carter e McCarthy, 1988; Leiria, 2001 e 2005) ou a planificação por tarefas (*task-based learning*, cf. Nunan, 1989), a qual se tem revelado muito influente no ensino das línguas inglesa e espanhola. O desconhecimento maioritário das novas propostas didácticas é um sintoma de uma fragilidade ainda existente no seio do PLNM. Existe ainda uma dificuldade de comunicação entre o meio universitário – que investiga e teoriza – e os agentes da prática lectiva. Em parte, a responsabilidade será também da falta de fóruns de discussão a que aludi na secção anterior.

Creio que o PLNM se desenvolveria mais se fosse permeável às propostas metodológicas de áreas congéneres – Didáctica do Inglês, do Francês e do Espanhol (como línguas não maternas) –, as quais têm mais experiência e levam mais anos de trabalho. É que, ao contrário do que acontece em áreas puramente científicas, em que a imitação é uma prática condenável, no ensino as boas ideias devem ser seguidas, reproduzidas e melhoradas.

Ferramentas e materiais didácticos

Como resultado do recente investimento em estudos de pendor teórico-prático e em projectos de investigação/acção ou como produto da prática docente, tem surgido

uma considerável variedade de ferramentas e materiais de apoio ao ensino/aprendizagem do PLN. Neste conjunto de instrumentos didáticos, destacam-se os manuais, que são obras fundamentais por apresentarem percursos de aprendizagem estruturados. Os principais manuais que foram publicados em Portugal estão maioritariamente vocacionados para alunos adultos, em alguns casos para alunos universitários que aprendem português em Portugal ou no estrangeiro. O número de manuais que existe no mercado seria aceitável, não houvesse um senão. É que uma percentagem considerável desses livros, por ter sido elaborada há mais de dez anos, não acompanha as novas propostas metodológicas do PLN. Destaco os títulos dos manuais mais divulgados, sem emitir juízos de valor sobre eles: *Lusofonia* (Avelar *et alia*, 1989, 1995), *Português sem Fronteiras* (Leite e Coimbra, 1991), *Nível Limiar* (Casteleiro *et alia*, 1998), *Ver, ouvir e falar português* (Cascalho *et alia*, 1995), *Bem-vindo* (Cunha *et alia*, 1998) e *Portuguesíssimo* (Matos, 2000).⁷ De imediato se diagnostica uma lacuna editorial no mercado para manuais de PLN destinados aos aprendentes dos Ensinos Básico e Secundário (crianças e adolescentes, portanto). *Aprender Português* (Oliveira *et alia*, 2006) parece ser uma das exceções. A lacuna editorial é facilmente explicável: só recentemente o Ministério da Educação consagrou oficialmente o PLN como uma disciplina do currículo dos alunos.

Para além dos manuais, outros tipos de instrumentos didáticos vocacionados para o ensino/aprendizagem do PLN têm vindo a lume nas últimas duas décadas. Por um lado, encontramos os livros didáticos em papel: livros de exercícios, livros de leitura, dicionários conceptuais, dicionários de verbos, vocabulários multilingues e gramáticas. Tradicionalmente (i.e., antes de o PLN encontrar o seu espaço próprio), utilizavam-se as obras de referências e os livros de Didática da Língua Materna no ensino/aprendizagem da língua portuguesa a alunos estrangeiros. Era uma solução de recurso face à quase inexistência de instrumentos didáticos específicos. No entanto, presentemente já se editam ferramentas didáticas concebidas na perspectiva do PLN. Assinalo, como exemplo, duas gramáticas da língua portuguesa concebidas nessa perspectiva: a *Gramática de Português para Estrangeiros* (Arruda, 2004) e a *Gramática Aplicada : Português Língua Estrangeira* (Oliveira, 2007). É ainda significativo que os dois mais importantes dicionários que foram publicados nas últimas décadas, o *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências* e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, incluam a transcrição fonética das palavras, uma informação que não costumava figurar nos dicionários de língua

portuguesa e que é sobretudo útil (se não mesmo primordialmente pensada) para aprendentes cuja língua materna não é o português. Há que constatar que os instrumentos e materiais didáticos de PLNМ existentes no mercado são de índole variada, embora não sejam em quantidade suficiente. Nos últimos vinte anos surgiram dicionários de verbos, livros de leitura, livros de exercícios, livros para ditados, mas também obras de cariz teórico destinadas a professores. Mas o número de títulos em cada uma destas tipologias é ainda escasso.

Mencionei na secção anterior que o PLNМ tem sabido aproveitar a tecnologia para divulgar conhecimentos e materiais; referia-me então à Internet. Ora, quando se trata de conceber as ferramentas de ensino mais eficazes, motivantes e diversificadas, os investigadores e professores de PLNМ têm de produzir instrumentos didáticos em formatos tecnologicamente avançados. O livro em papel continua a ser usado; e parece-me ser ainda um material insubstituível para certas funções. A par dele, e muitas vezes como complemento, apareceram os vídeos, os DVDs, os CDs didáticos e os exercícios *on-line*. Trata-se de materiais didáticos multimédia, informáticos, interactivos, que combinam linguagem com imagem, som e música e articulam o lúdico com o didáctico.⁸

No plano da edição (de materiais em papel ou em suporte digital), a editora LIDEL tem encontrado na publicação de instrumentos para o ensino/aprendizagem de PLNМ uma das suas especializações; e tem prestado um bom serviço a esta área. Devemos também reconhecer o papel do Ministério da Educação (sobretudo através do Instituto de Inovação Educacional e, mais recentemente, da DGIDC) na publicação de obras para o ensino/aprendizagem de PLNМ, destinadas quer a professores quer a alunos. No que diz respeito aos materiais disponibilizados *on-line*, destaca-se o sítio na Internet do Centro Virtual Camões – mantido pelo Instituto Camões –, que alberga um acervo considerável de ferramentas e materiais didáticos e que estabelece um conjunto de ligações com outros recursos importantes para o ensino/aprendizagem de PLNМ que se encontram na Internet. Devo mencionar ainda a existência de plataformas de aprendizagem virtual (*e-learning*), como a plataforma Moodle, que têm sido usadas para este fim e estão recentemente a ganhar bastante popularidade.

Como balanço deste elenco de materiais e ferramentas de PLNМ, chegamos à conclusão de que o conjunto de instrumentos didáticos está a aumentar e a diversificar-se. No entanto, o número de produtos existentes ainda não é suficiente. Está muito longe da quantidade e da variedade de recursos didáticos existentes para o

ensino/aprendizagem da Língua Materna. E há sectores, como o dos instrumentos didácticos destinados ao Ensino Básico, em que a oferta é bastante deficitária. Para dar resposta a públicos diversificados – desde os alunos do primeiro ano do Ensino Básico e mesmo do pré-escolar até a alunos universitários e ao demais público adulto – é necessário disponibilizar no mercado um conjunto mais elevado e mais diversificado de materiais e de ferramentas didácticas. É deste modo que se conquista a institucionalização de um domínio didáctico e científico.

Conclusão

Procurei neste ensaio demonstrar que o PLNM é uma área didáctica que dá resposta a uma necessidade da sociedade portuguesa: ensinar a língua portuguesa àqueles que vêm viver e trabalhar em Portugal e contribuir para a sua integração na comunidade nacional e local. Enquanto área de estudos, a sua validade já foi reconhecida, graças, em parte, à credibilidade e à importância que as suas congéneres granjearam, mas também ao facto de se ter munido nas teorias e nos progressos de áreas com uma solidez científica reconhecida no meio académico; refiro-me, sobretudo, à linguística e à psicolinguística.

Creio ter demonstrado que a institucionalização do PLNM se encontra em curso mas ainda não está concluída. Apontei, ao longo da minha reflexão, as principais fragilidades que subsistem e as lacunas que se mantêm. Comecei por afirmar que antes dos anos oitenta do século XX a institucionalização do PLNM ainda não se iniciara. A entrada da disciplina nas principais universidades portuguesas – através dos cursos de licenciatura e de pós-graduação que se leccionam, da investigação realizada e das teses que se elaboram – corresponde ao reconhecimento científico da área. No entanto, o número de cursos de licenciatura, de projectos de investigação e dissertações académicas terá de ser maior para o PLNM se impor decisivamente como uma importante área de ensino e de estudos.

Quanto ao ensino, o sistema tem vindo a estruturar-se. Mas a prática lectiva ainda está, em vários casos, a cargo de professores sem formação específica na área. Tal facto se explica por este ser um domínio novo, mas também porque a formação que se oferece é insuficiente: o número de cursos de licenciatura, pós-graduações e especialização em PLNM é reduzido e as acções de formação são escassas. Ainda assim, quem tem de ensinar português a alunos estrangeiros está hoje ciente de que as metodologias, os materiais e as estratégias devem ser específicos do PLNM e, quase

sempre, distintos dos usados no ensino/aprendizagem da língua materna. Estou em crer que a maioria dos professores de PLNM seguirá uma abordagem comunicativa, centrada no aluno, que aposta no desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos. Falta, no entanto, que, tanto na prática didáctica como na produção de instrumentos didácticos beneficiem mais da investigação que se realiza nas universidades e das recentes propostas de autores nacionais e estrangeiros.

No que diz respeito aos instrumentos didácticos, a grande evolução que se deu centrou-se na produção de materiais e ferramentas específicas para o ensino/aprendizagem do português na sua vertente de língua não materna. Esses instrumentos didácticos têm surgido em diferentes formatos e com uma variedade apreciável; no entanto, são ainda em número reduzido e não abarcam ainda todos os grupos etários: as lacunas ao nível do pré-escolar e do ensino básico fazem sentir-se de forma gritante.

Quando a articulação entre os três grandes pólos que aqui analisei – teoria e investigação, ensino e formação e produção de instrumentos didácticos – for mais estreita e mais bem conseguida e quando se contar com mais recursos humanos (professores e investigadores) a trabalhar na área, então a institucionalização do PLNM consumir-se-á plenamente.

Bibliografia

- Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (1985), Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Amendoeira, Filipa e Fernando Ribeiro (2000), *Português Língua Segunda: Guia Anotado de Recursos*, Lisboa, Instituto de Formação Educacional.
- Ançã, Maria Helena (1995), “Normas e Ensino”, in *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, nº 13, Julho, pp. 58-64.
- (1999), “Da Língua Materna à Língua Segunda”, in *Noesis*, nº 51, Julho-Setembro, pp. 14-16.
- Andrade, Eugénio (2000), “As palavras”, *Poesia*, s.l. [Porto], Fundação Eugénio de Andrade, p. 88.
- Antunes, Francisco Pelicano *at alia* (1994), *Português Mais: Para os Níveis Avançados de Português Língua Estrangeira*, Macau, Livros do Oriente. [Manual]
- Arruda, Lúcia (2004), *Gramática de Português para Estrangeiros*, Porto, Porto Editora.

- Avelar, António *et alia* (1989), *Lusofonia: Curso Básico de Português Língua Estrangeira*, Lisboa, Porto e Coimbra, LIDEL. [Manual]
- (1995), *Lusofonia: Curso Avançado de Português Língua Estrangeira*, Lisboa, Porto e Coimbra, LIDEL. [Manual]
- Barreto, Manuel Saraiva (1968), “O Ensino do Português como Língua Segunda em África”, in *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Bernardo, Maria Celeste (1997), *Pour un enseignement/apprentissage réussi du PLE (portugais langue étrangère)*, tese para obtenção do Diplôme d’études approfondies, Paris, Universidade de la Sorbonne Nouvelle (Paris III).
- Casanova, Custódia Maria (2006), *Contributos para o estudo do ensino do português a falantes de outras línguas : O concelho de Évora*, tese de mestrado, Lisboa Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cascalho, Marília *et alia* (1994-5), *Português ao vivo*, livros 1, 2 e 3, Lisboa, LIDEL. [Livros de textos e exercícios].
- (1995), *Ver, ouvir e falar português*, Lisboa, Porto e Coimbra, LIDEL e CIAL. [Manual]
- (1995), *Ver, ouvir e falar português*, DVD, Lisboa, LIDEL.
- Cascalho, Marília (2006), *Conhecer Portugal e Falar Português*, CD-ROM, Lisboa, LIDEL.
- Casteleiro, João Malaca (1985), “O ensino do português como língua segunda e como língua estrangeira”, in *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 531-532.
- Casteleiro, João Malaca *et alia* (1988), *Nível Limiar: Para o Ensino/Aprendizagem do Português como Língua Segunda*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- Cunha, M. F. Menezes *et alia* (1998), *Bem-vindo, 1º e 2º Ano: Livro de Textos: Português Língua Estrangeira*, Lisboa, LIDEL. [Manual]
- Dias, Helena Marques (1994) *Ler em Português*, 1,2 e 3, Lisboa, LIDEL [Manual].
- Didacthèque de Bayonne (1991), *Olhar Coimbra*, Vídeo, Lisboa, LIDEL.
- (1998), *Amar o Mar*, Vídeo, Lisboa, LIDEL.
- Dionízio, Sandra (coord.) (2005), *Análise do Inquérito no Âmbito do Conhecimento da Situação Escolar dos Alunos cuja Língua Materna não é o Português*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e DGIDC, <http://sitio.dgipc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/portLNMRelatorioFinal.pdf> (2 de Novembro de 2007).

- Fischer, Glória e Faria, Isabel Hub (2006), *Histórias para que vos quero?*, CD-ROM, Lisboa, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (Ministério da Educação).
- Fonseca, Carlos Alberto Louro (1973), “O Ensino de Português a Estrangeiros nas Universidades Portuguesas”, *Biblos (Separata)*, Coimbra, nº 41.
- Grosso, Maria José dos Reis (2000), *O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa
- Leiria, Isabel (2001), *Léxico: Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua Não Materna*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- (2004) “Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino” in *O Idiomático: Revista Digital de Didáctica do PLNM*, nº 3, Dezembro, <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/idiomatico/03/01.html> (28 de Outubro de 2007).
- Leite, Isabel e Coimbra, Olga (1991), *Português sem Fronteiras*, Livros 1,2 e3, Lisboa, LIDEL [Manual].
- Linhas Orientadoras para o trabalho inicial em Português língua não materna Ensino Secundário* (2007), Lisboa, Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/ PLNMDoc_orientador.pdf](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNMDoc_orientador.pdf) (30 de Outubro de 2007).
- Legutke, M. e Thomas, H. (1991), *Process and Experience in the Language Classroom*, Essex, Longman.
- Marques, Maria Emília Ricardo (2003), *Português, Língua Segunda*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Matos, Maria de Fátima (2000), *Portuguesíssimo: Manual de Iniciação à Língua Portuguesa para Estrangeiros*, Porto, Porto Editora.
- Ministério da Educação (2006), “Despacho Normativo n.º 7/2006”, in *Diário da República*, 1ª Série B, nº 26, 6 de Fevereiro, pp. 903-5.
- (2007), “Despacho Normativo n.º 30/2007”, in *Diário da República*, 2ª Série, nº 154, 10 de Agosto, pp. 22853-4.
- Moura, Vera Lúcia (1990), “Português para Estrangeiros: da Linguística à Metodologia”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 3, pp. 27-34.
- Nunan, David (1989), *Designing Tasks for the Communicative Classroom*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Oliveira, Carla *et alia* (2006), *Aprender Português – Manual com CD Áudio*, [Nível Inicial,] Lisboa, Texto Editora. [Manual]
- Oliveira, Carla (2007), *Gramática aplicada : Português Língua Estrangeira : Níveis inicial e elementar A1, A2 e B1*, Lisboa, Texto Editora.
- Oliveira, Susana Faria de (2007), *A competência comunicativa do português (PLNM) no ensino básico do sistema educativo internacional Baccalaureate : o colégio Saint Dominic's International School, Portugal*, Tese Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.
- Perdigão, Manuela (coord.) (2005), *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional: Documento Orientador*, Lisboa, Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, http://sitio.dgidec.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNMDoc_orientador.pdf (2 de Novembro de 2007).
- Pinto, Alexandre Dias (2005), *Línguas, Arte, Cidadania*, [Apresentação de um projecto didáctico], <http://linguascidadania.blogspot.com/> (5 de Novembro de 2007).
- (2006), “Português como Língua Não-Materna e Cidadania: Metodologia de uma Prática Pedagógica e Reflexões Suscitadas” in *O Idiomático: Revista Digital de Didáctica do PLNM*, nº 6, Agosto, <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/idiomatico/06/01.html>. (6 de Novembro de 2007).
- Pinto, Paulo Feytor (1997), “O ensino/aprendizagem do Português Língua Segunda no Ensino Básico”, in *Línguas vivas*, pp. 55-60.
- Português como Língua Estrangeira: Actas do Seminário Internacional – 9 a 12 de Maio de 1991* (1991), Macau, Direcção dos Serviços de Educação, Fundação de Macau e Instituto Português do Oriente.
- Quadro Europeu Comum de referência para as línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação* (2001), Porto, Edições ASA.
- Quintela, Fernando (1963), “Textos Graduados de Português para Estrangeiros”, *Revista Portuguesa de Filologia (Separata)*, vol. 12.
- Ribeiro, Ana Paula (2007), *Ensino-aprendizagem do português como língua estrangeira : análise de manuais de iniciação*, Tese Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.
- Roche, Jean (1967), “O Ensino do Português como Língua Estrangeira”, in *Ocidente*, nº 72, pp. 65-79.
- Silva, Albina dos Santos (coord.) (1997), *Actas do Seminário Internacional de Português como Língua Estrangeira (Macau, 21-24 de Maio de 1997)*, Macau, Dir. dos Serviços de Educação e Juventude de Macau.
- Silva, M. L. Mendes (1976), *Boa Tarde! : Curso de Português como Língua Segunda*, Lisboa, Escola Alemã.

Sousa, Ana Maria de (2005), *A função das tecnologias de informação e comunicação no ensino do português língua não materna*, tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

Tavares, Marina Marques (2006), *O ensino / aprendizagem do português língua segunda em contexto escolar*, tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

Universidade Aberta (1999), *Diálogos de um Quotidiano Português*, CD-ROM, Lisboa, LIDEL.

¹ Penso, neste último caso, nos cidadãos que nasceram noutros países e que adquiriram nacionalidade portuguesa, mas também naqueles que no nosso país residem e trabalham e que, por isso, têm direitos de cidadania.

² Para além das importantes teses de doutoramento de Maria José Grosso (2000) e Isabel Leira (2001), vejam-se, a título de exemplo, as seguintes dissertações de mestrado: Bernardo, 1997; Sousa, 2005; Casanova, 2006; Tavares, 2006; Oliveira, 2007; Ribeiro, 2007.

³ A título de exemplo, menciono aqui o nome de alguns projectos do foro do PLNM que foram ou continuam a ser desenvolvidos em universidades, institutos politécnicos portugueses ou escolas dos ensinos básico e secundário (aponto a instituição que os promoveu e o nome dos coordenadores): **Diversidade Linguística na Escola Portuguesa**, (Instituto de Linguística Teórica e Computacional, FLUL, coordenado por Maria Helena Mira Mateus); **Transversalidade da Língua Segunda** (ESE de Lisboa e APP; coordenado por Paulo Feytor Pinto); **Educação Intercultural e Apetrechamento Linguístico** (Universidade de Aveiro, coordenado por Ana Isabel Oliveira); e **Línguas, Arte, Cidadania** (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, coordenado por Alexandre Dias Pinto – cf. Pinto, 2005).

⁴ Publicaram-se as actas de cada um destes encontros: *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (1985) e *Português como Língua Estrangeira: Actas do Seminário Internacional – 9 a 12 de Maio de 1991* (1991) e Silva, 1997.

⁵ O endereço electrónica da revista digital *O Idiomático* (melhor dizendo, do seu primeiro número) é <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/idiomatico/01/index.html>.

⁶ Já sobre o ensino do PLNM em universidades estrangeiras, cumpre-me deixar uma nota. Esta prática lectiva é muito anterior ao início da institucionalização do PLNM, na década de oitenta do século XX. No entanto, porque os professores que levavam a língua e a cultura portuguesas aos quatro cantos do mundo estavam geograficamente separados e não partilhavam experiência, estudos e materiais, essa prática docente (e de investigação/acção) dispersa não teceu entre si as ligações que permitissem a sistematização e a conjugação de saberes que originasse a institucionalização de uma área de estudos. Não ignoremos, porém, o valioso contributo dos docentes de Português no estrangeiro. Se é verdade que a consolidação do PLNM se deu em pólos em que se centralizavam e conjugavam esforços – em Portugal e no Brasil –, a experiência dos leitores de língua portuguesa bem como os estudos e materiais que produziram na sua prática docente foram seiva que alimentou o crescimento do PLNM. Até porque alguns dos investigadores e estudiosos que hoje trabalham em Portugal desenvolveram também o seu trabalho enquanto leitores de Português em universidades estrangeiras. Dessa prática nasceram alguns dos materiais existentes para o ensino do PLNM: manuais, dicionários de verbos ou livros de exercícios.

⁷ Para uma análise crítica dos manuais de PLNM, ver Ribeiro, 2007.

⁸ Vejam-se alguns desses instrumentos informáticos e multimédia: *Didachthèque de Bayonne*, 1991 e 1998; *Cascalho*, 1995 e 2006; *Universidade Aberta*, 1999; *Fischer e Faria*, 2006; *Oliveira et alia*, 2006.